

MARCELO IGOR DE SOUSA

A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA PELO SITE *VOTENAWEB*

Artigo apresentado ao **Grupo de Trabalho de Comunicação e sociedade civil** no V Congresso da Compolítica, realizado em Curitiba/PR, entre os dias 8 e 10 de maio de 2013.

ISSN 2236-6490

MAIO 2013

A participação política pelo site *Votenaweb*¹ Marcelo Igor de SOUSA²

RESUMO

A proposta deste artigo é promover um estudo da participação política realizada pelo site *Votenaweb* (<http://www.votenaweb.com.br>), a partir dos avanços e possibilidades promovidos pelas ferramentas de democracia *online* e, especificamente, as ferramentas próprias do site: votações e comentários sobre os projetos de lei, na perspectiva da desburocratização como elemento favorável para engajamento cidadão nos espaços políticos decisórios. O artigo desenvolve uma pesquisa teórica sobre os referenciais básicos da democracia deliberativa *online* e uma pesquisa empírica, a partir da coleta dos comentários disponibilizados em 33 projetos de lei de temáticas sobre drogas. A pesquisa aponta para uma validade do site no aperfeiçoamento da participação cidadã, principalmente por sua proposta de apresentar, numa linguagem clara e objetiva, o texto legislativo e proporcionar discussões em um espaço alternativo. O site é administrado por um grupo da sociedade civil, desvinculado de qualquer instituição governamental, o que reflete em uma liberdade maior que em outras experiências de participação *online* criadas e administradas por governos. A votação nos projetos de lei está, na maioria das vezes, desacompanhada de argumentos, o que aponta para um pequeno índice de interação e relações dialogais, podendo-se afirmar que o site promove uma oportunidade de expressão de visões de mundo e pontos de vista sobre questões públicas e deixa a desejar nos aspectos de fomento de um espaço público forte. Em síntese, o site se mostra frágil em promover espaços deliberativos e argumentativos, ou seja, esferas públicas virtuais, mas, por outro lado, tem suas qualidades em aproximar os cidadãos do processo legislativo, o que precisa ser aperfeiçoado e depende, também, de outros aspectos como a maior porosidade dos governos e interesse dos cidadãos.

PALAVRAS-CHAVE: participação política; Internet, *Votenaweb*

Introdução

Esta pesquisa tem a proposta de realizar um contato empírico com uma ferramenta de participação política *online*, em vista de localizar indícios de participação popular nos processos políticos para além dos processos eleitorais. Portanto, o trabalho tem seu relevo na identificação, no site *Votenaweb*³, das possibilidades e dos níveis de participação que gera, ou pode gerar, na construção da democracia deliberativa, no contexto da democracia brasileira, que ainda padece sob um grande déficit de participação.

É da natureza do campo político a relação entre os cidadãos de uma forma pública, em vista da organização da vida social. Aspectos como a participação e o comprometimento são decisivos para o funcionamento democrático da esfera política,

¹ Trabalho apresentado no GT5 – Comunicação e Sociedade Civil, do V Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, realizado de 8 a 10 de maio de 2013, em Curitiba/PR.

² Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e professor na Faculdade Araguaia. e-mail: marceloigors@gmail.com

³ <http://votenaweb.com.br>

bem como a identificação das práticas sociais com a cidadania. E é no sentido de cidadania como participação que se pretende apontar marcas de interferência social como importantes para a garantia de direitos e políticas públicas mais inclusivas. Níveis de democracia podem se enquadrar desde o mínimo garantidor da validade até índices elevados de interferência: “a uns bastaria que a população votasse e fosse politicamente bem informada, enquanto a outros seria necessário, ademais, que o cidadão tivesse oportunidades de deliberação no que se refere às políticas adotadas pelo Estado” (GOMES, 2008, p. 295).

O estudo se orienta para a observação dos processos de transformação que acontecem nas esferas públicas e políticas, a partir da utilização das novas tecnologias de comunicação digital, com destaque para as interferências das dimensões comunicativas na política. A proposta é pensar os meios de comunicação digital e suas interfaces com o contexto político-social do atual estágio da democracia e dos aspectos da democracia deliberativa

Entende-se deliberação, segundo Ângela Marques (2009, p. 15), “como um processo social e comunicativo que se concretiza em longo prazo através da elaboração e do uso de práticas de intercompreensão capazes de articular os diversos atores e arenas comunicativas que integram a esfera pública”. Portanto, o eixo da pesquisa também está no sentido de como o poder comunicativo se relaciona com o poder político-administrativo, através das trocas discursivas entre os agentes sociais e políticos.

A deliberação é, pois, a produção de uma vinculação democrática realizada de forma pública e legitimada em processos comunicacionais entre os cidadãos e seus representantes. E os processos comunicacionais afetam os processos de deliberação e que a esfera pública se constitui por meio de atividade comunicativa (MARQUES, 2009a, p. 16), em vista da solução de problemas específicos que não poderiam ser solucionados por indivíduos isoladamente. Em síntese, o objetivo da pesquisa é identificar as interfaces entre Internet e Democracia em um dispositivo de comunicação com propostas de participação e deliberação públicas.

E ainda são objetivos específicos: apontar de que forma o site possibilita e mantém os espaços públicos virtuais; identificar os processos comunicacionais e as oportunidades de participação disponíveis no dispositivo, com suas possibilidades e limitações; localizar os possíveis efeitos de ferramentas de comunicação da Internet em processos de deliberação e conversação pública; e analisar os níveis das trocas discursivas e aspectos da argumentação entre os cidadãos participantes.

1. Contextos de partida

As sociedades democráticas atuais são caracterizadas pelas possibilidades de publicação e de difusão de conteúdo e de canais de participação oferecidos pelas novas ferramentas tecnológicas que atingem um nível nunca visto, sendo a Internet e suas características, em modo visível, plataforma para espaços e ferramentas potencialmente geradores de participação popular. Nesse sentido, pode-se dizer que a Internet constitui, atualmente, a base tecnológica da forma organizacional que caracteriza a sociedade da era da informação, a sociedade em rede⁴.

O principal acréscimo é o fato de o sistema de comunicação em rede, com as possibilidades de trocas recíprocas, ter servido de base para o aprofundamento da característica principal da Internet: ela não possui apenas linguagem, mas conexão e interação, num espaço mais diferido e bem mais longe da linearidade dos meios tradicionais. Ela tem um potencial de interação como nunca houve nos *media* anteriores. “A veiculação imediata e abundante (...) propicia o realinhamento nas relações dos indivíduos com os aparelhos de enunciação” (MORAES, 2001, p. 67). O uso de ferramentas de comunicação nas estratégias de participação política e cidadã é cada vez mais difundido e aperfeiçoado. Nesse sentido, surgem projetos de aproximação entre as esferas de decisão política e os cidadãos em espaços de debate e conversação pública que fazem uso das ferramentas da Internet.

Registre-se a ressalva de que não se pode ser afirmada uma relação direta entre as ofertas de participação e uma sociedade mais democrática, pois os espaços, *per se*, não implicam, obrigatoriamente, mudanças. As novas tecnologias não eliminam as deficiências democráticas e nem se encaminham para isso, mas não há como negar que a infinidade de ferramentas pode fomentar maior participação e transparência, além de possibilitar a mobilização e troca discursivas e de informações. É preciso superar o deslumbre e o encantamento pelas possibilidades da Internet e das características apontadas como adequadas para aumentar a qualidade democrática apenas pela sua estrutura, é preciso identificar em que a comunicação pela Internet pode contribuir e quais são e quais não são as suas possibilidades democráticas.

Além disso, os governos democráticos, independentemente da Internet, realizam experiências de participação como modo de incremento da democracia e

⁴ Características específicas da atualidade, a partir da relação com os meios de comunicação, segundo definições de Manuel Castells.

justificação da representação. São exemplos: as audiências públicas; os encontros dos representantes com os cidadãos – nas reuniões itinerantes –; o recebimento de sugestões pelos diversos meios de contato; o envio de abaixo-assinados; e, em um nível de maior participação, a elaboração de um projeto de lei de iniciativa popular. E a experiência pública – ou a falta dela – dos cidadãos nesses espaços reflete na qualidade da presença nos novos espaços.

Ainda como contexto de partida, é preciso localizar a pesquisa na realidade brasileira. O Brasil está na lista dos países de democracia recente, que vieram de um longo processo de colonização e de uma ditadura ainda no século XX, que trazem problemas devido a resquícios do período antidemocrático. Tardamente, após a redemocratização, a constituição de políticas públicas e sociais passou a demandar a participação popular, em formas consultivas e deliberativas na tomada de decisões (MENDES, 2007, p. 144), em conselhos gestores, consultas públicas e orçamento participativo, com positivas experiências de negociações e de discussões abrangentes. O processo identificado é indício de superação do confronto entre Estado e Sociedade Civil, com a necessidade de interlocução das partes, e o cumprimento de componentes básicos, como eleições periódicas, constituição democrática e pluralismo.

Além disso, outra característica da interface entre o processo político brasileiro e a participação pública está no enfraquecimento dos partidos políticos. Eles não cumprem seu papel como esfera de debate, que poderia ser também uma conexão e influência dos cidadãos no campo decisório. Por fim, um aspecto muito particular do caso brasileiro e que aparenta ser fruto de um preconceito é a especialização das funções políticas, ou seja, de maneira geral, há uma delegação que é dada com o voto e que exclui os cidadãos da construção de políticas públicas, a voz corrente de que “política é para os políticos”.

2. Deliberação *online*

A participação dos cidadãos nas decisões públicas e na construção de deliberações é índice importante para medir a qualidade da democratização de uma sociedade. O compromisso e o engajamento em questões públicas têm sido referidos como ações cidadãs em diversas épocas da humanidade. Com as insuficiências da representação, os déficits de participação pública têm sido destacados. Pode-se dizer que o vazio da participação foi se ampliando e criou-se um vácuo entre representados e

representantes, uma “(...) desconexão entre a esfera onde se toma a decisão política e onde se controla o Estado, de um lado, e a esfera da cidadania, do outro” (GOMES, 2008, p. 296). Em sentido inverso, processos de deliberação são acionados para tentar diminuir esse espaço que descaracteriza a democracia.

Questionamentos sobre as limitações da representatividade sempre acompanharam a prática desse modelo de democracia. A separação entre representantes e representados, a elitização da classe política, a ruptura do vínculo entre as vontades de governados e de seus representantes, são alguns problemas levantados para a representação, mesmo que ela não perca a sua validade (MIGUEL, 2005, p. 26-27). Diante disso, a qualidade da representação, a *accountability*, a participação pública e a deliberação são medidas a questionar o processo e contribuir para o aperfeiçoamento, que aparenta ser contínuo da representatividade. Nas “democracias de massa”, novas instâncias de participação, para além do voto eletivo de representantes, significam possibilidades mais específicas de mediação da representatividade.

Nesse espaço, o processo de formação discursiva da opinião e da vontade se dá quando os cidadãos usam suas liberdades comunicativas para além das liberdades individuais, mas como liberdades comunicacionais para um uso público da razão (HABERMAS, 1995, p. 53). Esse diálogo público acontece mesmo quando há discordâncias entre os participantes, não é um consenso ideal, mas uma prática discursiva, um processo de formação da razão pública, que compõe o que pode ser chamado processo deliberativo.

A deliberação, como pensada por Habermas, é um processo discursivo ideal, por meio de troca de argumentos a fim de se chegar a melhores compreensões e a solução de problemas, por meio da chamada “força do melhor argumento”. O melhor argumento se conquista no desenvolvimento de discussões com o objetivo de “captar novos problemas, conduzir discursos expressivos de autoentendimento e de articular, de modo mais livre, identidades coletivas e interpretações de necessidades” (HABERMAS, 1997b). A deliberação é característica de uma democracia centrada na discussão, que substitui uma teoria democrática centrada no voto, pois o entendimento é de que formação da opinião e da vontade precedem o voto (CHAMBERS, 2009, p. 241).

E a deliberação cumpre também a valorização da prática da cidadania, pois permite os cidadãos exercerem poderes de agente, realizarem ações de julgamentos cívicos e participarem de ações coletivas, fomentando esferas políticas; isso em situações que favorecem a tolerância, a reciprocidade e o respeito mútuo (MAIA,

2008b, p. 46). Esses aspectos, obviamente, fazem parte de uma situação ideal, mas não podem ser analisados de tal modo, restringindo a percepção cidadã a um funcionamento perfeito das esferas deliberativas.

Mesmo assim, não se pode afirmar que apenas o fato de se abrir espaço para a participação encaminha para acréscimo democrático, pois a participação é meio para isso, e não um fim. “A participação não é um valor democrático por ser um valor em si mesmo, mas apenas na medida em que pode produzir algum benefício para a comunidade política”. (GOMES, 2011, p. 24). Espaços de participação são significativos politicamente quando geram benefícios, pois nem toda participação pública é boa para a democracia. Ela pode ser “inútil, inócua e do tipo errado” (GOMES, 2011, p. 36).

Além disso, Habermas, em *Direito e Democracia* (1997a e 1997b), descreve a democracia deliberativa em seus aspectos discursivos, mas pouco relaciona os conceitos com as tecnologias da comunicação, sejam os meios de comunicação de massa ou as novas tecnologias baseadas na Internet. Nesse sentido, o trabalho tem o objetivo de investir nessa relação do comunicacional com as teorias da democracia. Diante da percepção de que as novas tecnologias possibilitam ampliação das formas de participação pública – ou, ao menos, propiciam mais condições –, esta pesquisa aporta-se no estudo da contribuição dessas tecnologias na viabilização de espaços de debate e deliberação política nas sociedades atuais.

Idealmente, a deliberação é um processo comunicativo com o objetivo de resolução de situações por meio de apresentação de razões em vista do entendimento dos cidadãos. O objetivo do trabalho não é realizar uma aplicação de critérios de verificação da teoria deliberativa, mas encontrar indícios de deliberação nas propostas do site, não a partir de graus de deliberatividade.

A deliberação, nos estudos de *news media* e democracia, é apontada como índice de caracterização cidadã em processos comunicacionais nas arenas públicas políticas. Portanto, analisar-se-ão as potencialidades e limitações da Internet e seus processos comunicacionais para a deliberação *online*: qual o seu papel na interação social e de que forma ela altera as possibilidades de participação na sociabilidade. Além disso, é preciso identificar como as ferramentas das novas tecnologias poderiam criar uma “democracia mais deliberativa ou, simplesmente, como ajudariam os cidadãos a se engajarem em uma deliberação pública de qualidade” (SAMPAIO; MAIA; MARQUES, F.P.J.A. 2010, p. 449).

2.1 Conversação pública

A conversação pública é a prática da participação política sem o cumprimento estrito dos elementos da democracia deliberativa. De fato, essa conversação não abarca todos os elementos da deliberação e diferencia-se dessa não em tipo, mas somente em grau. Se, por um lado, a conversação não é sempre deliberativa, por outro, ela é “uma parte crucial do amplo sistema deliberativo de que as democracias necessitam se os cidadãos devem, em qualquer sentido, se autogovernarem” (MANSBRIDGE, 2009, p. 207). Ela possui um aspecto de aprendizado coletivo e de instrução pedagógico-política. Jane MANSBRIDGE defende a inclusão da conversação, pois ela “prepara o caminho para as decisões governamentais formais e para as decisões coletivas, para além da decisão em si” (2009, p. 209).

As conversações são, muitas vezes, sustentáculo para novas perspectivas de mundo mais amplas, pois essas perspectivas precisam ser assentadas em grupos e pessoas que já têm sedimentação dessas perspectivas. A proposição de algo em termos formais tem um “respaldo” maior se já foi sedimentado pela conversação em processos informais. Nesse sentido, apontam Ricardo Fabrino Mendonça e Marcus Abílio Pereira sobre o objeto desta pesquisa, o *Votenaweb*: “a discussão processada no interior da iniciativa é um fragmento de processos mais amplos, que podem atravessar outras esferas formais e informais de discussão política” (MENDONÇA; PEREIRA, 2011, p. 29).

Os espaços de conversação também favorecem, a seu modo, a construção coletiva do sentido acerca das questões políticas. Isso parte do princípio de que “as pessoas, ao conversar, e trocar pontos de vista umas com as outras, podem melhorar formas de pensar e de interpretar questões políticas que afetam diretamente suas vidas, e, ainda, aperfeiçoar os modos de formular verbalmente questões tidas como relevantes” (MARQUES; MAIA, 2008, p. 148). As conversações são importantes para os processos deliberativos por produzirem contranarrativas, revelar premissas de fundo (caminho para construção das razões), identificar questões sensíveis e serem o ponto de partida para o risco de ingressar ou não no debate. A conversação tem sua contribuição, mas pode também, por sua característica informal, ser espaço de reprodução de atitudes carregadas de efeitos negativos para os contextos públicos e democráticos, quando se mistura a preconceitos culturais, crenças pessoais etc.

Nesse contexto, a Internet, potencialmente, oferece ambiente e ferramentas para a realização de trocas discursivas formais e informais, deliberativas e conversacionais, institucionalizadas ou não. Mas o importante é que, nas trocas qualificadas ou nas de baixo nível de deliberação, podem ser localizadas experiências de aprimoramento da cidadania. Ricardo Fabrino Mendonça e Marcus Abílio Pereira também afirmam sobre o *Votenaweb*: o site “abre uma oportunidade para que cidadãos comuns se posicionem a respeito de projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional. Tais comentários permitem a expressão de visões de mundo, experiências pessoais e aspirações” (MENDONÇA; PEREIRA, 2011, p. 4).

3. Metodologia

O modelo de análise está baseado em indicadores já testados em outras pesquisas sobre participação e deliberação *online* (SAMPAIO, 2010; FARIA, 2012; PERNA, 2010). Quanto à teoria deliberativa, a linha metodológica segue a raiz habermasiana com as adaptações quanto às exigências de formalidade e de uma maior maleabilidade das regras, o que é feito por diversos autores que promovem a releitura de Habermas.

Para as especificidades desta pesquisa, a metodologia segue por dois níveis: **a) análise dos aspectos gerais:** do desenho institucional, dos aspectos de funcionamento das ferramentas, do *design* das mesmas e das realidades que querem interferir; **b) análise do conteúdo da participação:** avaliação das estratégias de participação e deliberação e do modo como são ofertadas e concretizadas essas estratégias.

O primeiro plano de análise tem a ver com o perfil dos temas e dos atores responsáveis pela hospedagem e pelas características básicas. Para a captura dessas informações, foram realizadas varreduras no site, entrevistas com os idealizadores, análise dos objetivos e das temáticas em destaque. A descrição das ferramentas participativas no site traz: título, funcionalidade do mecanismo e modo como é utilizada pelos participantes. A análise do plano estrutural afere as formas de participação oferecidas. A usabilidade é a característica de sites para avaliar se os participantes conseguem ter acesso às ferramentas, navegar de forma simplificada pelo site, e se conseguem encontrar aquilo que procuram ou realizar a interação a que se propõem.

Em um segundo plano, estão os usos que são feitos das trocas discursivas, ou seja, a deliberação propriamente dita, que será analisada pelo conteúdo das mesmas.

A deliberação é uma atividade que demanda, em seu sentido estrito, um alto grau de aperfeiçoamento e regras muito específicas e rígidas. Alcançar esses elementos “ideais” é algo que já pode ser descartado, a princípio, de ser encontrado nas experiências de participação estudadas pela pesquisa. De fato, “(...) uma deliberação pressupõe requisitos normalmente difíceis de serem preenchidos regularmente, entre os quais se alinha a discussão racional, moderada e orientada para a resolução de problemas sociais” (FARIA, 2012, p. 53). Nesse sentido, as trocas discursivas serão analisadas a partir da concepção de conversação pública.

A escolha do material para a análise mais aprofundada seguiu por 33 projetos de lei com o tema drogas, que foram divididos em cinco subtemas. Foram escolhidos os projetos de lei que se referem ao tema drogas a partir de buscas feitas pelas palavras-chave⁵. O período selecionado inclui projetos de lei da Câmara dos Deputados⁶ datados de dezembro de 2010 a dezembro de 2011. Os comentários reunidos no *Votenaweb*, até a data de fechamento dos dados da pesquisa⁷, em janeiro de 2012, somavam 75 participações, com média de 2,27 comentários em cada projeto. A maioria dos projetos do *Votenaweb* teve entre um e três comentários (52%). E 23 itens (82%) receberam entre nenhum e três comentários, em um universo de 33 projetos. Índices que indicam baixa participação e são confirmados no dado de que apenas um (3%) item obteve mais de 10 comentários.

Temática	Votenaweb	
	Tópicos	Comentários
a) Prevenção	6	10
b) Tratamento e Acolhida	9	17
c) Reinserção Social e requalificação	0	0
d) Repressão ao tráfico de drogas	5	24
e) Legislação	13	24
TOTAL	33	75 (2,27)

Tabela 1: Itens e comentários no *Votenaweb*

⁵ As palavras-chave foram: *drogas, droga, maconha, crack, cocaína, tráfico, entorpecentes, dependentes químicos e antidrogas*. Como forma de filtragem, foram excluídos alguns projetos por não tratarem do tema de forma exata, como projetos sobre produtos farmacêuticos e medicamentos etc.

⁶ O *Votenaweb* traz projetos de lei das duas casas legislativas. Para a pesquisa, foram selecionados apenas projetos da Câmara dos Deputados, excluindo os do Senado.

⁷ Os projetos continuam abertos para comentário, mesmo depois de votados no Congresso.

A Para a análise de conteúdo, apenas um subtema foi escolhido – *d) Repressão ao Tráfico de Drogas* – para a pesquisa mais extensa de apresentação dos indícios de deliberação por meio das categorias de análise. Foi realizada uma leitura mais aprofundada do conteúdo dos comentários do subtema, identificando categorias que ajudam a compreender níveis de participação.

As categorias, baseadas em autores que estudam a temática (principalmente em SAMPAIO; MAIA; MARQUES, 2010; SAMPAIO, 2010), são as seguintes:

- a) **anônimo e identificado** – quanto à identificação dos participantes;
- b) **dialógico e monológico** – quanto à reciprocidade nos comentários;
- c) **de justificação externa ou interna e sem justificação** – quanto à utilização de fontes externas ou do próprio ponto de vista, além de participações de posicionamento injustificado;
- d) **concordância, resposta ou reação negativa** – relação dos comentários em comparação com um anterior, em sentido de concordância, resposta ou reação negativa;
- e) **respeito e desrespeito** – quanto à aceitação ética e à escuta respeitosa.

Entende-se que as categorias são um importante instrumento para identificar indícios de qualidade de participação em itens destacados como essenciais em um bom espaço participativo e deliberativo. Os itens elencados como ideais, nas práticas deliberativas, em nenhum momento, parecem ser contemplados em sua totalidade, mas, na pesquisa, serão analisados em níveis de aplicação ou não nas práticas participativas.

4. Descrição do *Votenaweb*

O site *Votenaweb* foi criado em novembro de 2009 pela *Webcitizen*⁸, inserido na proposta da empresa de disponibilizar ferramentas de participação política aos cidadãos para o estímulo do engajamento cívico e o incremento democrático. O site traz resumos dos projetos de lei apresentados no Senado Federal e na Câmara dos Deputados em uma linguagem mais simplificada e objetiva. Às informações sobre os projetos são adicionadas formas de participação.

A principal ferramenta está na consulta aos cidadãos por meio de comentários e votos “a favor” ou “contra” as propostas dos parlamentares. Há outras formas de interação com as discussões dos projetos de lei, como visualização do texto

⁸ <http://www.webcitizen.com.br>

do projeto na íntegra, informações sobre o histórico das proposições e da carreira política do parlamentar, as opções “seguir este projeto”, comentar, enviar para alguém, compartilhar, entrar em contato com o parlamentar e “levar” a votação para outro site, por meio de *widget*, além de *tags* e notícias sobre o assunto do projeto de lei.

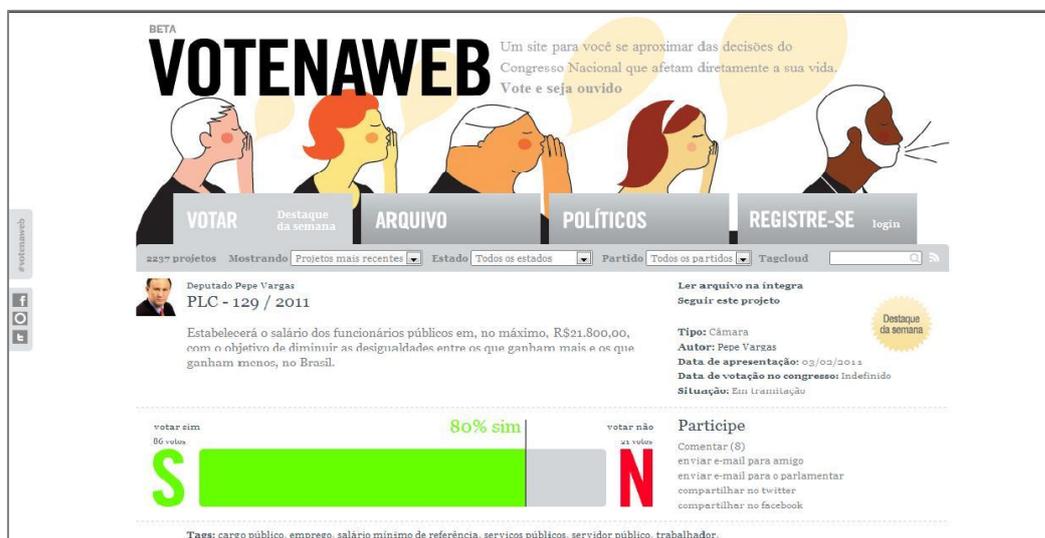


Figura 1: Página Inicial do Votenaweb em 22 de março de 2011.

O acompanhamento da tendência de cada projeto de lei – se está tendo mais aprovação ou reprovação – é feito em gráficos simples que incluem informações sobre gênero e idade dos participantes, além da unidade da federação de origem. Essa facilidade visual, aparentemente, potencializa as discussões e incentiva a apresentação de razões para o convencimento dos demais.

5. Análise do Votenaweb

A linguagem clara é o principal motivo para aproximação entre os cidadãos e os projetos de lei, propondo a desburocratização como elemento-chave para o engajamento de cidadãos que, pelos modos tradicionais, não teriam acesso aos projetos de lei e demais elementos formais do processo legislativo. O trabalho de simplificação dos textos legislativos, feito pelo *Votenaweb*, é uma marca de delimitação de seu público, pois, apresentando um conteúdo que não exige conhecimento técnico do texto legislativo, acessível ao público não especializado. Os projetos de lei são apresentados e recebem uma aprovação ou não, mas o debate não tem a garantia de alcançar as instâncias decisórias, apesar de, em outro sentido, servir como espaço pedagógico de

argumentação das opiniões. A limitação do site está, entre outros aspectos, na falta de garantia de interferência no Legislativo.

5.1 Layout e funcionalidade

O site tem um *design* bem apresentável e um aspecto visual bem atrativo. Usa bem as cores e disponibiliza várias funções já na página inicial. Quanto à regra dos três cliques, o site a cumpre bem. Já na *home*, é possível interagir com algumas discussões e votar na proposta, caso o participante já tenha feito o *login*. E em apenas mais um clique, já se pode ser direcionado para os comentários, acompanhar o projeto, compartilhá-lo em um blog ou redes sociais, ou ainda, ler o texto do projeto na íntegra.

Quanto à apresentação do uso das ferramentas, não há um tutorial que mostre isso. Apenas, em cada ferramenta, há uma descrição simples, que deixa a resposta mais intuitiva. Isso pode ser visto na ferramenta de aprovação/reprovação do projeto, onde se lê, logo abaixo da síntese do texto: “votar sim” e “votar não”. Já o ingresso nas discussões depende de um cadastro prévio. A ferramenta mais utilizada é de votação simples, ou seja, a de consulta apenas da opinião sobre o projeto. Essa informação já aponta para uma pouca interação.

O site não contém todos os projetos apresentados no Congresso, seguindo, às vezes, critérios bastante aleatórios e não muito claros. Não há uma separação temática, cabendo ao usuário, se desejar, pesquisar por um termo para localizar projetos de um mesmo assunto ou tema. A seleção do material também aponta o “Destaque da Semana”, geralmente, projetos que podem despertar mais discussão e polêmica.

5.2 Ferramentas de participação

a) Votação

A ferramenta de votação é de fácil assimilação e parte apenas do princípio de que o cidadão escolhe se aprova ou reprova o projeto de lei apresentado pelo site. A ferramenta fornece diversos aspectos provenientes desse voto: qual a tendência de voto da maioria dos cidadãos; como os votos estão distribuídos nos critérios gênero, idade e unidade da federação dos cidadãos; como votam os políticos, no caso de projetos já apresentados e votados em plenário.

A ferramenta de votação sem sua aliada mais participativa, a de comentários, não gera espaço de discussão. As pessoas apenas indicam seu ponto de vista sem apresentar argumentos, o que não favorece as trocas comunicacionais de

argumentos e a apresentação de justificativas. Um ponto assinalado como negativo é o fato de que as convocações para o site, nas redes sociais são feitas, chamando o participante para “votar” na proposta, não incentivando outras formas de participação mais qualificadas. Uma possibilidade dessa ferramenta que cumpre, mesmo que razoavelmente, o processo deliberativo é a possibilidade de mudança de voto.

b) Comentários

Na página de cada projeto, há o espaço de comentários, aberto em todas as propostas. A participação é realizada principalmente nos primeiros dias após a disponibilização do projeto no site e tem bastante espaço para redação do comentário. A ferramenta se mostra útil para fomentar o debate, apesar de seu uso ainda ser, majoritariamente, para uma justificação simples dos motivos do voto, não sendo ainda utilizada, de forma satisfatória, como um espaço de contraposição de argumentos.

c) Seguir este projeto

Como forma de manter o participante ligado à discussão e “criar” um espaço de debates, há uma ferramenta simples de ligação do cidadão com um projeto: “seguir este projeto”. Trata-se de um botão localizado na parte superior do site. Ao simples clique, o usuário integra uma “comunidade simulada”, que vai mantê-lo informado de novidades no projeto e comentários de participantes. Uma ressalva apontada pela responsável é de que essa ferramenta ainda não é muito utilizada, o que aponta mais uma vez para um déficit entre as ferramentas apresentadas e o uso das mesmas.

d) Plugin de notícias

O *Busk*⁹ é uma das ferramentas que foi incluída no site após aperfeiçoamentos. Trata-se de um *plugin* que permite a indexação de notícias sobre um assunto qualquer indicado pelo desenvolvedor do site. O buscador realiza uma procura totalmente automática em conteúdos de sites de notícias da Internet, disponibilizando o *link* para as mesmas no próprio site, criando uma biblioteca digital automática. Como análise, é positiva a oferta mais ampla de informação, mas há problemas por ser uma indexação automática.

⁹ <http://busk.com/plugins>

e) Ferramentas complementares

De forma complementar às ferramentas principais, podem ser citadas ainda as ferramentas de comparação. Trata-se de um cruzamento de informações que o site faz a partir das participações realizadas. A partir dos votos dados nos projetos, o site realiza um perfil do usuário: afinidade com políticos, afinidade com partidos e afinidade com usuários. Outra ferramenta relevante, que parte de um aperfeiçoamento do site e de uma ideia de complementaridade à participação, é o *widget* de incorporação da discussão para um site ou blog.

6. Participação e deliberação no conteúdo dos comentários

Nesta seção, os índices serão avaliados de acordo com as categorias indicadas na metodologia, a fim de identificar indícios de participação cidadã. Vale a ressalva de que esse exame do grau de deliberatividade não está livre do grau de subjetividade do pesquisador na análise do teor das mensagens. Buscou-se vencer essa subjetividade no processo de pesquisa.

Categorias	VotenaWeb	
	Quant.	Porcent.
Anônimo	0	0%
Identificado	24	100%
Dialógico	9	37,5%
Monológico	15	62,5%
Justificação Externa	2	8,33%
Justificação Interna	12	50%
Sem Justificação	10	41,67%
Concordância	9	37,5%
Resposta	9	37,5%
Reação negativa	6	25%
Respeitoso	22	91,67%
Desrespeitoso	2	8,33%

Tabela 2: Categorização dos comentários sobre o tema d. Repressão ao tráfico de drogas.

6.1 Anônimo e identificado

Como os participantes não estão em uma conversa face-a-face, a identificação depende de aspectos que caracterizem os interlocutores. Como o site exige o cadastro, em todos os comentários do *corpus* havia identificação de nome e sobrenome e foto. Os índices de 100% de identificação são apontados como facilitadores do debate pelo fato de deixarem claro quem é o interlocutor e de dificultar situações de sabotagem do debate e situações desrespeitosas.

6.2 Dialógico e monológico

Os espaços criados para a participação dos cidadãos têm a proposta de realizem trocas discursivas. Se, potencialmente, os espaços são lugares para diálogo, na prática, algumas vezes, o espaço acabou se tornando espaço sem nenhuma participação ou de participação única. A divisão foi se o comentário é dialógico ou monológico. O comentário foi considerado monológico, quando se tratava de um ponto de vista sem consideração dos demais participantes do debate. O comentário dialógico é aquele em que o participante faz referência a outro participante ou a algum elemento trazido por este.

Os índices de dialogicidade do *Votenaweb* foram baixos, com 37,5% de diálogo e 62,5% foram comentários monológicos. Os índices mais baixos de diálogo enfraquecem a visão do site como espaço participativo. Um exemplo nos comentários sobre o Projeto 8006/2010:

Tatiana Vianna (votou sim)

Deve ser aprovada mais que depressa.

6.3 Justificação interna, justificação externa e sem justificação

A apresentação de argumentos nos comentários é realizada com justificação, que pode ser interna, quando é feita a partir dos próprios pontos de vista, ou externa, quando baseada em argumentos científicos ou técnicos, apresentados em pesquisas ou em dados apurados por grupos ou comunidades. Os comentários podem ainda não conter nenhuma justificação.

A maior parte dos comentários foram apresentados com justificação interna, com 50%, o que aponta para participantes dispostos a dizer aquilo que pensam sobre o tema, dar uma opinião. No tema drogas, muitas vezes, aspectos pessoais pesam mais forte. Comentários sem nenhuma justificação somam 41,67%. A falta de justificação é um elemento negativo para o debate de posicionamentos e indica fragilidade no espaço público formado.

6.4 Concordância, resposta e reação negativa

A concordância acontece quando há persuasão, quando o participante usa seu comentário para reafirmar algo já exposto. E a resposta, quando há progressão nos debates com a apresentação de uma posição diferente da anterior ou do texto inicial de cada item. Cada um desses itens atingiu 37,5% dos comentários. O índice de resposta é

o mais relevante para aspectos de um espaço público forte, pois a argumentação se dá na troca discursiva entre os participantes.

Em alguns momentos, os participantes dos debates não elaboram concordâncias nem respostas, mas agem em um terceiro sentido, de radicalização, quando há uma reação negativa a algo que foi apresentado anteriormente, de forma abrupta e que impossibilita ou dificulta a progressão dos debates. Os índices foram de 25%. Um exemplo de reação negativa está no comentário a seguir:

Júlio César Schneider Corrêa (votou não)

Moleque vai preso por causa de um baseado e sai da cadeia viciado em crack, essa é a verdade doa a quem doer. A anta me escreve um projeto desses como se tivéssemos um excelente sistema prisional no Brasil.¹⁰

6.5 Respeito e desrespeito

Foram considerados respeitosos os comentários que resguardam o respeito ao conteúdo apresentado por outro participante e também às outras pessoas incluídas ou citadas no debate. Os índices de respeito foram bons, com 91,67%. A falta de respeito, nos comentários, pode prejudicar o andamento dos debates, enfraquecendo o espaço público e, também, causando abandono tanto de participantes ofendidos quanto de participantes que podem deixar de dar crédito à ferramenta.

7. Considerações sobre as análises

Apesar de a participação pública não ter atingido um nível considerado satisfatório, de forma geral, houve, ao menos em um sentido potencial, a geração de ambientes públicos de discussão que fomentassem participação e deliberação. Uma consolidação desses espaços pode não estar muito longe quando considerados atuais os quesitos instrumentais. No entanto, essa consolidação dependerá de mudanças nos comportamentos públicos dos cidadãos e dos agentes públicos.

Os espaços de discussão do *Votenaweb* estão próximos da informalidade, devido à participação com comentários sobre pontos de vista e a escassez de argumentos e justificações. Esse discurso informal tem sua validade no aspecto de sedimentar posicionamentos e aproximar os participantes. O espaço do *Votenaweb* tende a ser mais próximo da conversação entre participantes e possuir um destacado nível de informalidade.

Thiago Sá (votou não)

O povo vai até pra Colômbia buscar droga, acha que não andaria 200 metros pra comprar cigarro? Tá faltando pensamento lógico desses políticos!¹¹

¹⁰ Comentário sobre o Projeto de Lei 1330/2011, que propõe a ampliação da pena para usuários de drogas.

Como estratégia inicial para convocação de público, o *Votenaweb* convoca o público geral e tem o objetivo de alcançar o maior número possível de participantes. No entendimento dos realizadores, o trabalho é o de aproximar a sociedade do processo legislativo, entendendo que todos são afetados pelas decisões legislativas e podem interagir sobre os temas legislativos. No entanto, a fragmentação também é um elemento que deve ser considerado nesse contexto, principalmente porque serão analisadas, na pesquisa de campo, as conversações em fóruns e as características de repercussão da deliberação nessas instâncias. A fragmentação levaria os cidadãos a “perder o interesse em discutir temas de concernência comum” (MARQUES, F.P.J. A, 2010, p. 56). E ainda, “de forma geral, no entanto, a facilidade e a liberdade de apresentar suas próprias preferências e opiniões em tudo, inclusive para fins políticos, acabam por gerar fragmentação e polarização nas discussões políticas” (FARIA, 2012, p. 92).

Elemento significativo, para a análise de espaços deliberativos, é a avaliação da capacidade de os participantes ouvirem e considerarem os argumentos dos demais. Os níveis de dialogia foram baixos, com apenas 37,5% dos comentários analisados contendo algum nível de diálogo ou referência a outra contribuição. Outro detalhe que interfere nas formas de participação é o fato de que a diferença, nos níveis das conversações, não é assimilada de forma homogênea pelos públicos participantes. O fato de a Internet possibilitar a formação de um público tão heterogêneo tem seus reflexos nesse descompasso que pode acontecer.

Outro efeito negativo é o *one-timer*, caracterizado pelos usuários que postam apenas uma vez e não retornam ao fórum ou ao site e também o fato de que alguns debates não acontecem verdadeiramente, porque os interlocutores apenas se prestam a justificar suas proposições iniciais e não se abrem para o diálogo. O efeito *one-timer* é verificado no *Votenaweb*. As postagens sobre o tema em questão foram feitas por 23 pessoas diferentes, sendo que 22 delas postaram apenas uma vez, ao passo que apenas uma pessoa voltou ao site. O problema de única postagem é muito visível no *Votenaweb*, principalmente pela falta de congregação de participantes por algum tema de interesse, tendo um público sempre heterogêneo.

¹¹ Comentários sobre o Projeto de Lei 398/2011, que proibirá a venda de bebidas alcoólicas e cigarros a uma distância mínima de 200 metros das escolas públicas e privadas de ensino médio.

A questão da argumentação mostra que ainda não são fortes as trocas entre os cidadãos de forma a gerar um verdadeiro espaço público deliberativo, o que enfraquece o espaço de formação de opinião e de aprimoramento de argumentações. No site, a argumentação é bem rasteira ou até nula e, quando acontece, tende minimamente a ser uma justificativa da opinião contrária ou favorável, de acordo com as expectativas pessoais. Os votos, em sua maioria, carecem de justificativas, que podem ajudar os demais participantes a também tomarem posição no debate. Um exemplo de ponto de vista que pode contribuir na argumentação pode ser este comentário retirado do *Votenaweb*:

Paulo Marini (votou não)

O trafico só existe porque as drogas foram tornadas ilegais. Sou compra a exploração comercial de qualquer droga seja alcool, maconha, cigarro quer manter seu vicio, entrar em um estado alterado de realidade se vira e descobre como se faz! Não é dever, nem saudavel para a sociedade sustentar esse comportamento.¹²

Outro elemento importante no site é o fato de ser uma ferramenta de participação política não institucional. No site, os participantes se mostram mais à vontade para fazer críticas diretas aos parlamentares, o que acontece de forma diferente em sites fomentados por governos e casas legislativas. O *Votenaweb* se mostra livre para críticas aos parlamentares e oferece ferramenta de comparação de carreira legislativa dos políticos e de verificação da proximidade que o cidadão tem de cada parlamentar, que pode influenciar diretamente seu voto. Além disso, a independência política e governamental permite uma melhor execução de atividades de transparência e fiscalização das ações públicas.

Por fim, um dos elementos de destaque nas pesquisas de democracia deliberativa é o nível de participação e de repercussão na agenda legislativa e de interferência nos campos decisórios. Os assuntos públicos são o conteúdo mais constante no site, mas a interferência dessa participação, no campo político decisório, ainda depende de ferramentas e de contatos que façam essa ligação. No caso do *Votenaweb*, os próprios responsáveis pelo site afirmam que não está, nos objetivos, apresentar resultados de debates para os legisladores, não há nenhuma promessa de que os conteúdos debatidos e os resultados das enquetes sejam encaminhados a um legislador.

Mesmo assim, não se pode negar, *a priori*, que o *Votenaweb* possa ter algum tipo de interferência no poder administrativo, pelo fato de que a influência do poder

¹² Posicionamento de participante sobre o PL 1330/2011: aumento nas penalidades a usuários de drogas.

comunicacional diluído nas conversas públicas pode interferir no “clima” legislativo, obviamente em um processo mais complexo. Para uma deliberação concreta, o público participante precisa ter evidências de que aquilo que foi discutido seria aproveitado e de que causaria alguma repercussão na agenda legislativa.

7.1 A participação pelo Votenaweb

A participação no site tem um caráter simples, pois um usuário iniciante é capaz de se integrar às ferramentas, mesmo que lhe falte um conhecimento avançado tanto em relação ao uso da Internet, quanto de informação política ou legislativa. Mas, em contrapartida, o engajamento é curto. O caráter de “enquete virtual” como principal ferramenta de participação estimula uma consulta de opiniões e não incentiva uma troca argumentativa, mas apenas reflete uma tendência média do público participante.

No que há de argumentação, há respeito, ressaltando apenas a impaciência dos participantes com projetos irrelevantes. Um problema identificado no site, e muito presente em sites de participação pública, é a falta de uma satisfatória gestão da participação que valorize o que é compartilhado pelos cidadãos e os incentive a continuarem contribuindo. Há um grande material de discussões e debates, comentários pertinentes e sugestões.

A participação é, muitas vezes, realizada com respostas muito curtas e que expressam apenas uma vaga ideia do ponto de vista dos participantes. Em poucos momentos, pode-se localizar um debate de ideias e uma resposta dada entre os participantes, mesmo sem muita contraposição de pontos de vista, como nos comentários:

Luciana Ribeiro dos Santos (votou não)

Se punir uma prática fizesse com que ela não fosse mais praticada, as cadeias estariam vazias. A legalização das drogas é o caminho mais viável para controlar a produção, o comércio e o consumo, acabando assim com o tráfico.

O número de participantes que apenas usaram a ferramenta “SIM” e “NÃO” do site sempre é bem superior ao número de pessoas que comentam, mostrando ainda pouco interesse em uma participação mais especializada e que demanda mais esforço cívico. Como resguardo da validade, e na perspectiva habermasiana, pode-se afirmar que o site contribui para a formação informal da opinião, que prepara para a formação política da vontade influenciando nela, mas sem a institucionalização de uma deliberação (HABERMAS, 1997a, p. 214).

Nesse sentido, o *Votenaweb* apresenta-se como um instrumento pedagógico, ou seja, aparenta mais servir para iniciar os cidadãos no processo legislativo, trazendo informações e contato com os textos legislativos, incentivando o interesse pelo debate político e, nem tanto, à argumentação. O voto com o objetivo de medir o desejo da população pode funcionar como mecanismo de pressão, obviamente, se os resultados atingirem os responsáveis pelas decisões políticas.

Considerações Finais

Na perspectiva deliberativa, a relação entre representantes e representados é um processo essencialmente comunicacional. E um processo comunicacional corretamente executado gera maior transparência dos diversos processos da estrutura do legislativo e “combate” vícios e desvios do processo de representação, como o afastamento entre o desejo da população e as decisões legislativas. Além disso, o processo de maior participação e deliberação se encaminha para uma inversão na concepção de que a política é um campo restrito e faz parte do mundo de uma elite burocrática incumbida de decidir pelos demais, a parte desinteressada e incapacitada de contribuir satisfatoriamente com esse campo, restando-lhe apenas o papel de escolher seus representantes.

De fato, as aparentes falhas e interrupções dos espaços participativos podem ser eliminadas com uma prática mais cotidiana de presença cidadã nesses espaços. No caso brasileiro, específico da pesquisa, a recente redemocratização, e consequente abertura de espaços de participação pública, ainda dá sinais de que o processo está em seus estágios iniciais, podendo ainda se desenvolver e atingir níveis mais relevantes e satisfatórios de incremento no campo político. E os próprios responsáveis pelo site reconhecem, nas entrevistas realizadas, que ainda há muitas deficiências nas ferramentas que oferecem.

Por mais que seja um risco afirmar, a sociedade será a responsável maior pelo aperfeiçoamento dessas ferramentas, visto que aquelas oferecidas pelos sites são muitas e direcionam-se para diversas possibilidades. A sociedade também acaba por pressionar os representantes por mais e melhores espaços de participação e uma desburocratização da participação pública nesses espaços. Nesse sentido, o êxito da participação pública está na articulação entre as capacidades de os cidadãos se engajarem em ações coletivas e a existência de procedimentos institucionalizados (SURAUD, 2007, p. 180).

De fato, no Brasil, resultados ideais ainda não são alcançados, mas os elementos de participação e um nascente discurso de interferência cidadã no processo legislativo podem ajudar a cumprir, em um futuro próximo, um processo de elaboração de uma lei com mais justificação agregada e mais aceita socialmente. Além disso, o processo de representação, tendo incorporado mecanismos de participação, encaminha-se para uma consolidação ainda maior e uma organização estatal mais democrática.

Se a democracia deliberativa não é concreta, pode-se dizer que a democracia representativa acabou por tendo de assimilar os aspectos de deliberação. E esse processo não tem uma execução simples. A estrutura institucional do Estado precisa se adaptar para assimilar experiências participativas e torná-las significativas para o processo. É necessário um redesenho institucional e o reposicionamento dos agentes políticos, que podem contar com os cidadãos no processo de construção de políticas públicas, desenvolvendo instituições políticas mais permeáveis à sociedade. No caso brasileiro, esse processo está em andamento, ainda sem resultados significativos.

O trabalho de gestão do conhecimento é o que leva os sites de participação política a congregarem as conversações e argumentações em espaços específicos, moderados e mais organizados, em vista de uma participação mais cívica. E é nessa gestão do conhecimento disponibilizado que os responsáveis têm que desenvolver estratégias mais especializadas. Essa organização canaliza o imenso conteúdo disponível e apresenta espaços públicos propícios à argumentação. Esse elemento pode melhorar o aproveitamento das participações no *Votenaweb*.

Nesse sentido, os sites têm de ser pensados a partir de uma navegabilidade simples e de fácil compreensão e precisam ter atrativos para manutenção dos participantes nas interações. E as ferramentas devem ser adaptadas de acordo com a experiência e o acúmulo de participação de cada sociedade. Por isso, é bem visto o fato de que os sites estão em constantes aperfeiçoamentos e procuram atender, em certa medida, aos anseios dos participantes.

Pesquisadores apontam que são justamente as pessoas que já têm alto grau de participação em experiências fora do ciberespaço as que mais participam nas ferramentas *online* (MAIA, 2011). De fato, a participação política na Internet aponta possibilidades, mas, ao mesmo tempo, conserva o histórico de insuficiências na participação política. A Internet não pode ser retirada do contexto mais amplo da vida social, não pode ser entendida como um mundo paralelo.

Portanto, o incremento de participação não está somente em um sentido numérico de cidadãos interagentes, mas no aprofundamento dessas participações. O aperfeiçoamento está visível, por exemplo, na ampliação de uma contribuição de um cidadão que apenas vota na seção “SIM” ou “NÃO” do *Votenaweb*, uma participação simples, para uma participação mais ampla, que interfira positivamente nos índices de deliberação e que seja capaz de apresentar a contraposição de argumentos. Aqui se localiza um processo de inclusão de alguém que já se está incluso no processo, mas que necessita de um aprofundamento dessa inclusão.

A disseminação de espaços decisórios e conversacionais *online* depende ainda de diversos aspectos já apresentados, mas, principalmente, da implantação de uma cultura que valorize esses espaços como úteis para a prática deliberativa, para o uso das deliberações para a ponderação e o discernimento de fins coletivos (HABERMAS, 1997b, p. 202). Essa prática envolve uma relação maior que a simples disponibilização de ferramentas, trata-se de um “ir além de um simples dispositivo de escuta daquilo que os cidadãos, individualmente, têm a dizer” (MARQUES, F.P.J.A., 2010, p. 76). A Internet ainda não gerou massa crítica suficiente para provocar modificações nas relações de poder. Além disso, a complexidade do processo parlamentar é um grande empecilho para a participação.

Por conseguinte, entende-se que é imprudente afirmar que uma inovação tecnológica traz uma expansão para a democracia, pois a nova tecnologia não é democrática *per se*, mas ela traz ferramentas que podem ou não aperfeiçoar a democracia e vão depender do uso que os cidadãos fazem delas. Após as análises, pode-se afirmar que o uso é até mais determinante que qualquer outro aspecto, ou seja, o instrumento de participação é dependente do público que o acessa, cabendo aos responsáveis incentivar essa participação e ajudar no amadurecimento das relações que usam essas novas tecnologias.

Deste modo, o site em estudo pode ser considerado positivo no que diz respeito aos aspectos de formação política, pelo fato de apresentar os projetos, despertar o interesse para o tema das políticas públicas e favorecer a mobilização. O site busca promover o engajamento cívico por meio de ferramentas práticas e acessíveis ao cidadão. Aproxima os participantes dos atos e decisões parlamentares, mas ainda não intermedeia o diálogo entre representantes e representados, nem gera impactos deliberativos. Se não há a interferência direta, o site promove, com suas limitações, a abertura de pauta para diversas discussões, o engajamento dos cidadãos em questões

públicas e a transparência e lisura dos atos parlamentares. Esse último item é mais bem promovido em um site não institucional, como é o caso, pois o site elenca projetos dos parlamentares, faz comparações e, até mesmo, identifica com qual parlamentar ou partido o participante tem mais afinidade. Esses aspectos podem influenciar na escolha dos candidatos nas eleições.

As opiniões e argumentações declaradas no site são úteis para as trocas discursivas entre os cidadãos, mas são ainda apenas sugestivas para as decisões legislativas, pois não há a vinculação obrigatória entre o acúmulo das participações e a decisão final dos representantes. As opiniões ainda são apenas sugestivas e não geram ainda um verdadeiro impacto social e político. A relevância dessas ferramentas se amplia na medida em que podem provocar mudanças nas instâncias institucionalizadas.

A grande questão está em que a abertura dos espaços decisórios à participação e a maior porosidade das administrações públicas implicam riscos, pois os espaços de participação não são automaticamente democráticos. Há ainda a necessidade de abertura dos governos e políticos para o uso das ferramentas de discussão e deliberação, pois o meio de comunicação não modifica o sistema político. E ainda, o risco está no fato de que as ferramentas participativas podem ser manipuladas para conferir visibilidade a ações pontuais e cooptação da publicidade crítica e, mais seriamente, gerar legitimidade a decisões já previamente definidas pelos agentes político-administrativos.

O que apontou Francisco Marques (2007, p. 16), em sua pesquisa, ainda continua tendo reflexos: “o sistema político está pouco disposto a considerar de modo mais aprofundado os recursos participativos dos *new media*”. Essa disposição para considerar a participação dos cidadãos significa uma modificação e, até mesmo, uma redução no poder dos representantes constituídos. Além disso, parece muito difícil prever o impacto, no legislativo, das experiências de participação mais profundas e consistentes, com a interferência dos cidadãos e a postura diferenciada dos legisladores.

O uso das ferramentas tem sido, em grande parte, direcionado para o exercício da liberdade de expressão, para a exposição de um ponto de vista. A busca por soluções pode ser percebida apenas de forma tangencial nas questões apresentadas. O espaço público ideal deve ir além da discussão de itens e tópicos, encaminhando-se para a busca de soluções dos problemas políticos (SAMPAIO, 2010). Portanto, *online* ou *offline*, deliberativo ou não, o processo democrático será sempre um processo em construção.

Referências Bibliográficas

CHAMBERS, S. A teoria democrática deliberativa. In: MARQUES, A. C. S. (Org.) **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas: textos fundamentais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 239-267.

FARIA, C.F.S. **O parlamento aberto na era da Internet: pode o povo colaborar com o Legislativo na elaboração das leis?** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 334 p.

GOMES, W. Internet e Participação Política. In: GOMES, W; MAIA, R. C. M. **Comunicação e Democracia: Problemas e Perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008. p. 293-326.

GOMES, W. Participação política *online*: Questões e hipóteses de trabalhos. In: MAIA, R. C. M; GOMES, W; MARQUES, F. P. J. **Internet e Participação Política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997a.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997b.

HABERMAS, J. Três Modelos Normativos de Democracia. **Lua Nova**, nº 36, p. 39-53, 1995.

MAIA, R.C.M (Coord.). **Mídia e Deliberação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

MAIA, R.C.M. Internet e esfera civil: Limites e alcances da participação política. In: MAIA, R.C.M; GOMES, W; MARQUES, F. P. J. **Internet e Participação Política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MANSBRIDGE, J. A conversação cotidiana no sistema deliberativo. In: MARQUES, A. C. S. (Org.). **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas: textos fundamentais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 207-237.

MARQUES, A.C.S. As Intersecções entre o processo comunicativo e a deliberação pública. In: MARQUES, A. C. S. (Org.). **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas: textos fundamentais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009a. p. 11-28

MARQUES, A.C.S; MAIA, R. C. M. A conversação sobre temas políticos em contextos comunicativos do cotidiano. In: **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 12, abr. 2008, p. 143-175.

MARQUES, F.P.J.A. Governo e democracia digital: um estudo do perfil das oportunidades de participação oferecidas através de sites do Poder Executivo Federal. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM

COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 2., 2007, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: COMPOLITICA, 2007. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/?page_id=229&aid=246&pid=229&sa=0> Acesso em: 6 abr. 2011.

MARQUES, F.P.J.A. Participação, instituições políticas e Internet: um exame dos canais participativos nos portais da Câmara e da Presidência do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação Intercom**. São Paulo, v. 33, n. 1, p. 53-79, jan./jul. 2010.

MENDES, D.C.V.R. Representação política e participação: reflexões sobre o déficit democrático. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p 143-153, jul/dez.

MENDONÇA, R.F; PEREIRA, M.A. **Democracia Digital e Deliberação Online**: um estudo de caso sobre o Votenaweb. Anais do IV Congresso Latino-Americano de Opinião Pública – WAPOR. Belo Horizonte, 4 a 6 de maio de 2011. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/Ricardo.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2011.

MIGUEL, L.F. Impasses da *Accountability*: dilemas e alternativas da representação política. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, nº 25, p. 25-38, 2005.

MORAES, D. **O Concreto e o Virtual**: mídia, cultura e tecnológica. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PERNA, A. **O lado invisível da participação política**: gestão da informação dos mecanismos digitais de participação política nos parlamentos da América Latina, com uma análise do caso da Câmara dos Deputados do Brasil. 2010. 271 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – UnB, Brasília, 2010.

SAMPAIO, R.C.A. **Participação e deliberação na Internet**: um estudo de caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. 2010. 190 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SAMPAIO, R.C; MAIA, R. C. M; MARQUES, F. P. J. A. Participação e deliberação na Internet: estudo de caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. **Opinião Pública**, Campinas, vol.16, n. 2, p. 446-477, nov. 2010.

SURAUD, M.-G. Communication ou Délibération: Les échanges dans la société civile. **Hermès**, Paris, n. 47, p. 177-184, [avr.], 2007.